

## **PARECER DO CONTROLE INTERNO**

**Processo nº 043/2021-000015**

**Modalidade: Pregão Eletrônico**

**Objeto: Registro de preços para futura e eventual aquisição de gêneros alimentícios, materiais de copa e cozinha, materiais de limpeza e higienização e gás liquefeito para atender a Prefeitura de Rio Maria e Secretarias a ela vinculada.**

Vieram os autos a Controladoria Geral para análise e respectiva emissão de parecer, nos termos do artigo 31 e 70/75 da Constituição Federal de 1988, pertinente ao processo licitatório na modalidade Pregão Eletrônico, com o objetivo de Registro de Preços para futura e eventual aquisição de gêneros alimentícios perecíveis e não perecíveis para serem utilizados na Prefeitura Municipal de Rio Maria e demais secretarias a ela vinculada, a fim de manter o funcionamento de todos os órgãos, seus setores e departamentos.

### **ANÁLISE**

O processo em epígrafe devidamente analisado na íntegra, encontra-se revestido de documentos: 1) solicitação de despesa; 2) pesquisa de preços; 3) informação do departamento de contabilidade sobre crédito orçamentário; 4) declaração do secretário de adequação orçamentária; 5) autorização de abertura da licitação; 6) termo de autuação do processo; 7) designação do pregoeiro e da equipe de apoio (portaria 089/2021); 8) minuta do edital, termo de referência e anexos; 9) parecer jurídico; 10) aviso de licitação e sua publicação no Diário Oficial União e Diário Oficial do Estado do Pará; 11) Edital, termo de referência e demais anexos; 12) ata de propostas; 13) ata parcial; 14) ata final; 15) Ranking do Processo; 16) habilitação; 17) termo de adjudicação; 18) termo de

homologação; 19) ata de registro de preço; 20) Relatório de deságio do processo; e 21) publicação da ata da registro de preço.

O procedimento fora iniciado com a abertura de processo administrativo, devidamente autuado e numerado, contendo a autorização respectiva e a indicação sucinta de seu objeto.

No que tange a minua do edital e seus anexos, a Procuradoria Municipal opinou favoravelmente ao prosseguimento do processo licitatório, estando em consonância com a legislação disciplinadora da matéria.

Verifica-se nos autos a cópia da publicação no Diário Oficial da União e Diário Oficial do Estado do Pará no dia 20 de abril de 2021, com data da abertura do certame no dia 03 de maio de 2021, sendo respeitado o prazo mínimo de 08 (oito) dias úteis, conforme dispõe o artigo 4º, inciso V, da Lei 10.520/02.

Verifica-se que o procedimento licitatório transcorreu normalmente por meio do <https://www.portaldecompraspublicas.com.br/18/>, com a participação das empresas: A) C LEITE RIBEIRO EIRELI; B) CTHT BRASIL EIRELI; C) H. MIX – COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS EIRELI; D) DR LION LOJA DA SAUDE EIRELI; E) ADSERV CASA E CONSTRUÇÃO LTDA.

Após a análise da documentação apresentada e julgados todos os recursos referentes ao presente pregão, foi adjudicada como vencedoras as empresas A) C LEITE RIBEIRO EIRELI; B) CTHT BRASIL EIRELI; C) DR LION LOJA DA SAUDE EIRELI; E) H. MIX – COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS EIRELI.

Pois bem. No tocante aos documentos apresentados pela empresa vencedora, percebe-se a regular habilitação jurídica, qualificação técnica, qualificação econômico financeiro, regularidade fiscal e trabalhista, nos termos

no inciso XXXIII, do artigo 7º da Constituição Federal e nos termos do artigo 27, da Lei 8.666/93.

## **FUNDAMENTAÇÃO**

A Constituição Federal em seu artigo 37, inciso XXI, determina que as contratações realizadas pela Administração Pública devam ser realizadas por meio de licitação que assegure igualdade de condições aos concorrentes, sendo esta a regra para obras, serviços, compras e alienações junto ao Poder Público.

A regulamentação do referido artigo encontra-se na Lei nº 8.666/93 – Lei de Licitações e Contratos Administrativos, devendo todo procedimento licitatório se basear em suas normas, sob pena de apresentar vícios de ilegalidade passíveis de anulação e demais cominações.

O procedimento licitatório tem como finalidade garantir a seleção da melhor proposta para a Administração, bem como permitir a participação isonômica dos interessados e deve fundamentar-se nos princípios que regem o Direito Administrativo, além daqueles específicos das Licitações e Contratos, conforme o artigo 3º da Lei nº 8.666/93:

A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos”.

Outrossim, a Lei nº 10.520/2002, o Decreto 10.024/19 e o Decreto Municipal 1.594/20, instituíram a modalidade de Licitação denominada Pregão Eletrônico para a aquisição de bens e serviços comuns, sendo estes caracterizados por padrões de desempenho e qualidade que possam ser

objetivamente definidos pelo edital por meio de especificações usuais no mercado.

O Sistema de Registro de Preços está previsto no artigo 15, inciso II da Lei nº 8.666/93 e no Decreto Municipal nº 776/2015, podendo ser realizado nas modalidades de licitação Concorrência ou Pregão, acertando a Administração na escolha deste último.

### **CONCLUSÃO**

Caso haja orçamento disponível para custear tais despesas, esta Controladoria conclui que o referido processo se encontra revestido de todas as formalidades legais, nos termos da Lei nº 8.666/93, Lei nº 10.520/02, Decreto Federal 10.024/19 e Decreto Municipal nº 776/2015, em todas suas fases de habilitação, julgamento, publicidade e contratação, estando apto a gerar despesas, sendo as tramitações e despesas executadas de total responsabilidade do solicitante.

Cumprir observar que o procedimento, a partir do presente estágio, deve manter a observação plena ao previsto na legislação da matéria, seguindo a regular divulgação oficial dos termos e atos a serem realizados.

Rio Maria, 07 de maio de 2021.

**PAULA CAROLINE LEITE KERHWALD**  
Controladora Geral do Município  
Decreto 014/2021

**Prefeitura Municipal de Rio Maria**  
**Avenida Rio Maria, nº 660, Centro, Rio Maria-PA**